

e) Colaborar com o diretor na gestão dos meios financeiros colocados à disposição da UC;

f) Zelar pela conservação e gestão dos meios materiais e das infraestruturas afetos à UC;

g) Gerir os meios humanos e técnicos afetos à UC;

h) Dar conhecimento ao diretor de todas as decisões da UC com implicações na gestão e funcionamento do CEEAplAA.

#### Artigo 26.º

##### Acompanhamento

1 — O CEEAplAA elabora e aprova um plano de atividades e um relatório de atividades anuais.

2 — Os planos e relatórios a que se refere o número anterior, assim como os relatórios da Comissão Externa de Acompanhamento, são submetidos ao Conselho Científico e/ou ao Conselho Técnico-Científico da UAc através do formulário disponibilizado para o efeito no portal de serviços da UAc.

#### Artigo 27.º

##### Regimentos

Todos os órgãos colegiais disporão de um Regimento, a aprovar pelos mesmos no respeito, nomeadamente, pelo disposto nos artigos 21.º a 35.º do Código do Procedimento Administrativo, o qual disciplina a sua organização e funcionamento interno.

#### Artigo 28.º

##### Serviços de Apoio

1 — O CEEAplAA pode integrar serviços de apoio que se revelem necessários para o seu funcionamento, adequados à sua natureza, dimensão e funções específicas.

2 — O CEEAplAA pode, ainda, beneficiar do apoio dos serviços jurídico, administrativo e/ou financeiro da UAc.

#### Artigo 29.º

##### Avaliação

1 — O CEEAplAA é avaliado regularmente no contexto do processo de avaliação determinado a nível nacional pela Fundação para a Ciência e Tecnologia.

2 — No quadro do Sistema Científico e Tecnológico dos Açores, o CEEAplAA pode ser sujeito a processos de avaliação determinados pelo departamento da administração pública regional com competência em matéria de Ciência e Tecnologia.

3 — A Reitoria pode promover a avaliação independente do CEEAplAA, sempre que se entenda necessário.

#### Artigo 30.º

##### Extinção

A extinção do CEEAplAA é decidida pelo conselho geral sob proposta do reitor, ouvido o conselho científico.

#### Artigo 31.º

##### Casos omissos e dúvidas

As dúvidas e os casos omissos suscitados pela aplicação do presente Regulamento são sanados pelo reitor.

#### Artigo 32.º

##### Revogação

É revogado o Regulamento do CEEAplAA aprovado pela comissão coordenadora científica em 27 de outubro de 2015.

#### Artigo 33.º

##### Entrada em vigor

O presente regulamento entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Proposta aprovada, nos termos da alínea c) do artigo 105.º dos Estatutos da UAc, em reunião da Comissão Coordenadora Científica de 4 de janeiro de 2019.

311999839

## Despacho n.º 1527/2019

### Regulamento do Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos, Polo Açores

Ao abrigo do disposto na alínea v) do n.º 1 do artigo 78.º e no n.º 2 do artigo 119.º dos Estatutos da Universidade dos Açores, aprovados pelo Despacho Normativo n.º 8/2016, de 29 de julho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 154, de 11 de agosto, alterados pelo Despacho Normativo n.º 11/2017, de 3 de agosto, publicados no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 163, de 24 de agosto, e ao abrigo do previsto no Regulamento para a Criação e Funcionamento das Unidades de Investigação Científica da Universidade dos Açores, aprovado pelo Despacho n.º 9185/2017, de 10 de outubro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 201, de 18 de outubro, e verificada a respetiva conformidade legal, aprovo o Regulamento do Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos, Polo Açores (CIBIO-Açores), em anexo ao presente despacho.

22 de janeiro de 2019 — O Reitor, *Prof. Doutor João Luís Roque Baptista Gaspar*

ANEXO

### Regulamento do Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos — Açores da Universidade dos Açores

#### Artigo 1.º

##### Natureza

1 — O Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos, Polo Açores, adiante designado por CIBIO-Açores, é uma Unidade de Investigação e Desenvolvimento (UI&D) da Universidade dos Açores, adiante designada por UAc, nos termos do disposto nos Estatutos e Regulamentos da UAc.

2 — O CIBIO-Açores constitui-se como núcleo autónomo não personificado.

3 — O CIBIO-Açores integra a Rede de Investigação em Biodiversidade e Biologia Evolutiva, InBIO, Laboratório Associado, nos termos do disposto nos Estatutos e nos Regulamentos da UAc.

#### Artigo 2.º

##### Missão

O CIBIO-Açores tem por missão compreender os processos evolutivos e ecológicos que determinam os padrões de biodiversidade em ecossistemas insulares, e desenvolver estratégias de gestão e conservação para a biodiversidade insular.

#### Artigo 3.º

##### Objetivos

1 — São objetivos gerais do CIBIO-Açores:

- Investigar os fundamentos e a dinâmica da biodiversidade insular;
- Promover a conservação e gestão do ambiente;
- Promover a consciência ambiental na comunidade de modo a incentivar a utilização sustentável do património natural.

2 — Para a prossecução dos seus objetivos, o CIBIO-Açores pode associar-se a outras entidades, públicas ou privadas, ou com elas estabelecer parcerias, nos termos do disposto nos Estatutos e nos Regulamentos da UAc.

#### Artigo 4.º

##### Constituição

O CIBIO-Açores compreende membros integrados, incluindo fundadores, efetivos e regulares, membros colaboradores, membros conselheiros e membros honorários.

#### Artigo 5.º

##### Membros integrados

1 — Os membros integrados possuem obrigatoriamente os critérios de elegibilidade exigidos pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia para a acreditação/registo de UI&D, ou os determinados por despacho reitoral, ouvido o conselho de estratégia e de avaliação.

2 — Os membros integrados podem ser fundadores, efetivos ou regulares.

3 — Podem ser membros integrados fundadores os docentes e investigadores com o grau de doutor ou o título de agregado e vínculo

de emprego público à UAc, subscritores da proposta de criação do CIBIO-Açores.

4 — Podem ser membros integrados efetivos os docentes e investigadores com o grau de doutor ou o título de agregado e vínculo de emprego público à UAc que não sejam membros fundadores.

5 — Podem ser membros integrados regulares os equiparados a investigadores com o grau de doutor ou o título de agregado e vínculo de emprego público à UAc, assim como os docentes, investigadores, bolseiros e equiparados com o grau de doutor ou o título de agregado, incluindo aposentados/jubilados.

6 — Os membros integrados comunicam em dezembro de cada ano ao diretor o seu interesse em manter tal condição no ano seguinte, assim garantindo que os seus elementos curriculares contribuem exclusivamente para a avaliação externa do CIBIO-Açores.

7 — As propostas de admissão dos membros integrados efetivos e regulares são submetidas ao diretor do CIBIO-Açores, por escrito, por um qualquer membro integrado.

#### Artigo 6.º

##### Membros colaboradores

1 — Podem ser membros colaboradores:

a) Os docentes, investigadores e equiparados, de entidades nacionais ou estrangeiras, incluindo aposentados/jubilados que independentemente de cumprirem os critérios de elegibilidade exigidos pela Fundação para a Ciência e Tecnologia para a acreditação/registo de UI&D participem nas atividades do CIBIO-Açores;

b) O pessoal da carreira de informática, os técnicos superiores, os assistentes técnicos e os assistentes operacionais ligados a projetos de investigação ou acordos que envolvam o CIBIO-Açores;

c) Os estudantes dos cursos da UAc que participem nas atividades do CIBIO-Açores.

2 — As propostas de admissão dos membros colaboradores são submetidas ao diretor do CIBIO-Açores, por escrito, por um qualquer membro integrado.

#### Artigo 7.º

##### Membros conselheiros

1 — São membros conselheiros do CIBIO-Açores, personalidades que pela sua idoneidade e reconhecido mérito profissional possam contribuir para os seus objetivos.

2 — Os membros conselheiros são convidados pelo diretor, ouvida a comissão coordenadora científica.

#### Artigo 8.º

##### Membros honorários

Podem ser membros honorários do CIBIO-Açores, ex-membros integrados a quem a comissão coordenadora científica decida atribuir tal título por serviços prestados.

#### Artigo 9.º

##### Equiparados a investigadores

Para efeitos do disposto no n.º 5 do artigo 5.º e da alínea a) do n.º 1 do artigo 6.º, consideram-se equiparados a investigadores, os bolseiros de investigação, os técnicos superiores que exerçam funções de investigação e especialistas de reconhecido mérito científico.

#### Artigo 10.º

##### Registo dos membros

1 — Os membros do CIBIO-Açores são obrigatoriamente registados no sistema de informação da UAc disponibilizado para o efeito.

2 — O CIBIO-Açores mantém a sua lista de membros permanentemente atualizada no sistema a que se refere o número anterior.

#### Artigo 11.º

##### Órgãos

São órgãos do CIBIO-Açores:

- A comissão coordenadora científica;
- O diretor;
- O conselho científico;
- A comissão externa de acompanhamento.

#### Artigo 12.º

##### Comissão coordenadora científica

1 — Integram a comissão coordenadora científica um máximo de 15 membros, incluindo:

- O diretor;
- Seis membros integrados fundadores;
- Seis membros integrados efetivos;
- Dois membros integrados regulares.

2 — Os membros a que se referem as alíneas b), c) e d) do número anterior são eleitos de entre os seus pares.

3 — Quando não existirem membros integrados de um determinado tipo em número suficiente, os lugares por preencher são ocupados, sucessivamente, por membros integrados fundadores, efetivos e regulares.

#### Artigo 13.º

##### Competência

Compete à comissão coordenadora científica, designadamente:

a) Eleger o diretor de entre os membros integrados fundadores e efetivos do CIBIO-Açores;

b) Propor a destituição do diretor por maioria de 2/3 dos seus membros;

c) Aprovar o regulamento do CIBIO-Açores e respetivas alterações por maioria de 2/3 dos seus membros;

d) Aprovar a proposta do plano estratégico de desenvolvimento a médio e longo prazo do CIBIO-Açores, a submeter ao reitor;

e) Aprovar as propostas de plano e relatórios anuais de atividades do CIBIO-Açores, a submeter ao reitor;

f) Pronunciar-se sobre as propostas de contratação de investigadores e técnicos para o CIBIO-Açores;

g) Decidir sobre as propostas de admissão e exclusão de membros do CIBIO-Açores;

h) Pronunciar-se sobre o convite dos membros conselheiros;

i) Atribuir o título de membro honorário a ex-membros integrados do CIBIO-Açores por maioria de 2/3 dos seus membros;

j) Decidir sobre a criação e extinção de unidades científicas e pronunciar-se sobre a indigitação ou destituição dos respetivos coordenadores;

k) Pronunciar-se sobre a participação do CIBIO-Açores noutras entidades, de natureza pública ou privada, e indicar ou propor os seus representantes nos respetivos órgãos, quando a situação assim o determinar;

l) Aprovar a política interna e externa para a partilha e a cedência de dados científicos produzidos no âmbito das atividades do CIBIO-Açores;

m) Aprovar a proposta de criação de estruturas funcionais e submetê-las ao reitor para homologação.

#### Artigo 14.º

##### Reuniões

A comissão coordenadora científica reúne:

a) Em sessão ordinária, mediante convocatória do diretor feita com o mínimo de cinco dias de calendário de antecedência e acompanhada da respetiva ordem de trabalhos;

b) Em sessão extraordinária mediante convocatória do diretor, por sua iniciativa ou por solicitação de pelo menos 1/3 dos seus membros, feita com o mínimo de 48 horas de antecedência.

#### Artigo 15.º

##### Diretor

1 — O diretor é eleito pela comissão coordenadora científica por um período de dois anos, renovável até ao limite máximo de 8 anos, de entre os membros integrados fundadores e efetivos com contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado na UAc.

2 — A eleição e designação do diretor são homologadas pelo reitor.

3 — O diretor é substituído nas suas faltas ou impedimentos pelo subdiretor.

#### Artigo 16.º

##### Competência

Compete ao diretor, designadamente:

a) Representar o CIBIO-Açores perante os demais órgãos da UAc e perante o exterior;

b) Dirigir, orientar e coordenar as atividades do CIBIO-Açores, de acordo com as orientações emanadas dos órgãos de governo da UAc;

- c) Convocar e dirigir as reuniões do CIBIO-Açores, nelas dispor de voto de qualidade;
- d) Elaborar a proposta do plano estratégico de desenvolvimento do CIBIO-Açores de médio e longo prazo, no respeito pelas orientações dos órgãos de governo da UAç;
- e) Elaborar as propostas do plano e relatório anuais de atividades do CIBIO-Açores, no respeito pelas orientações dos órgãos de governo da UAç, quando aplicável;
- f) Promover a elaboração das propostas de orçamentos anuais;
- g) Fazer propostas de contratação de pessoal, ouvida a comissão coordenadora científica;
- h) Assegurar a coordenação dos meios humanos afetos ao CIBIO-Açores;
- i) Zelar pela conservação e gerir os meios materiais afetos ao CIBIO-Açores;
- j) Propor ao reitor a nomeação do subdiretor do CIBIO-Açores.
- k) Nomear e destituir os membros da comissão externa de acompanhamento, ouvida a comissão coordenadora científica;
- l) Propor à comissão coordenadora científica a criação e a extinção de unidades científicas dirigidas para a concretização de objetivos específicos;
- m) Nomear e destituir os coordenadores das unidades científicas, ouvida a comissão coordenadora científica;
- n) Dar parecer sobre a participação do CIBIO-Açores em projetos de investigação, prestações de serviços e atividades de formação e extensão;
- o) Aprovar condicionalmente a admissão de membros do CIBIO-Açores, a ratificar em reunião de comissão coordenadora científica;
- p) Participar ao reitor as infrações disciplinares cometidas pelo pessoal docente e investigador, bem como pelo pessoal não docente e não investigador;
- q) Executar as deliberações do conselho científico e do conselho pedagógico, quando vinculativas;
- r) Delegar ou subdelegar no subdiretor as competências que entender adequadas;
- s) Exercer as funções que lhe sejam delegadas pelo reitor.

#### Artigo 17.º

##### Subdiretor

- 1 — O CIBIO-Açores tem um subdiretor.
- 2 — O subdiretor é escolhido pelo diretor de entre os membros com o grau de doutor, ou com o título de especialista, afetos ao CIBIO-Açores, com ou sem vínculo à instituição.
- 3 — O subdiretor é nomeado pelo reitor, sob proposta do diretor.
- 4 — O subdiretor tem competências delegadas ou subdelegadas pelo diretor ou outras que sejam determinadas no regulamento do CIBIO-Açores.

#### Artigo 18.º

##### Conselho científico

Integram o conselho científico:

- a) O diretor;
- b) Os membros integrados do CIBIO-Açores;
- c) Os membros honorários do CIBIO-Açores, sem direito a voto.

#### Artigo 19.º

##### Competência

Compete ao conselho científico:

- a) Debater o estado da arte e o desenvolvimento das atividades científicas e tecnológicas nas áreas de competência do CIBIO-Açores;
- b) Apresentar propostas sobre as linhas de investigação que o CIBIO-Açores deve prosseguir;
- c) Emitir pareceres sobre todos os assuntos que lhe sejam submetidos pelo diretor ou pela comissão coordenadora científica.

#### Artigo 20.º

##### Reuniões

O conselho científico:

- a) Reúne anualmente em sessão ordinária, mediante convocatória do diretor, feita com o mínimo de 5 dias de calendário de antecedência e acompanhada da respetiva ordem de trabalhos;
- b) Reúne em sessão extraordinária por convocatória do diretor, por sua iniciativa ou por solicitação de um mínimo de 1/3 dos seus membros, feita com 72 horas de antecedência.

#### Artigo 21.º

##### Comissão externa de acompanhamento

- 1 — A comissão externa de acompanhamento é constituída por um mínimo de três conselheiros convidados pelo diretor de entre as personalidades que pela sua idoneidade e reconhecido mérito profissional possam contribuir para os objetivos do CIBIO-Açores.
- 2 — O mandato dos membros referidos no número anterior é concordante com o do diretor.

#### Artigo 22.º

##### Competência

Compete à comissão externa de acompanhamento:

- a) Acompanhar e analisar o funcionamento do CIBIO-Açores;
- b) Recomendar estratégias de desenvolvimento científico e tecnológico;
- c) Promover a dimensão internacional do CIBIO-Açores;
- d) Elaborar um relatório sumário anual sobre as atividades do CIBIO-Açores;
- e) Emitir pareceres sobre todos os assuntos que lhe sejam submetidos pelo diretor.

#### Artigo 23.º

##### Reuniões

A comissão externa de acompanhamento:

- a) Reúne anualmente em sessão ordinária, mediante convocatória do diretor, feita com o mínimo de 5 dias de calendário de antecedência e acompanhada da respetiva ordem de trabalhos;
- b) Reúne em sessão extraordinária por convocatória do diretor, por sua iniciativa ou por solicitação de um mínimo de 1/3 dos seus membros, feita com 72 horas de antecedência.

#### Artigo 24.º

##### Unidades científicas

- 1 — Para o desenvolvimento das suas atividades o CIBIO-Açores pode organizar-se em unidades científicas (UC) que não se constituem como entidades autónomas para efeitos de avaliação.
- 2 — As UC são estruturas coerentes sob o ponto de vista científico e tecnológico, dotadas de recursos humanos e técnicos destinados a cumprir os objetivos do CIBIO-Açores, e podem corresponder a grupos de investigação científica, núcleos laboratoriais ou equipas de projetos especiais.
- 3 — As UC são criadas por decisão da comissão coordenadora científica, sob proposta do diretor ou de um dos seus membros, baseada nos seguintes fundamentos:

- a) A necessidade da sua criação;
- b) Os seus objetivos específicos;
- c) Os recursos humanos, técnicos e financeiros existentes para o seu desenvolvimento.

4 — As UC são extintas por decisão da comissão coordenadora científica, sob proposta do diretor devidamente fundamentada.

5 — As UC reúnem por convocatória do diretor ou do respetivo coordenador com a antecedência julgada necessária e sem demais formalismos.

#### Artigo 25.º

##### Coordenador das unidades científicas

- 1 — As UC são coordenadas por um membro integrado do CIBIO-Açores, nomeado pelo diretor.
- 2 — O mandato dos coordenadores a que se refere o número anterior é coincidente com o do diretor.
- 3 — Compete a cada coordenador de UC:

- a) Dirigir, orientar e coordenar as atividades científicas da UC;
- b) Convocar e dirigir as reuniões da UC, exceto quando são iniciativa do diretor;
- c) Assegurar a elaboração dos planos e relatórios de atividades anuais e plurianuais, em colaboração com o diretor;
- d) Propor ao diretor a participação em projetos de investigação, prestações de serviços ou noutras atividades nas áreas de competência da UC;
- e) Colaborar com o diretor na gestão dos meios financeiros colocados à disposição da UC;
- f) Zelar pela conservação e gestão dos meios materiais e das infraestruturas afetos à UC;
- g) Gerir os meios humanos e técnicos afetos à UC;

h) Dar conhecimento ao diretor de todas as decisões da UC com implicações na gestão e funcionamento do CIBIO-Açores.

#### Artigo 26.º

##### Regimentos

Todos os órgãos colegiais disporão de um Regimento, a aprovar pelos mesmos no respeito, nomeadamente, pelo disposto nos artigos 21.º a 35.º do Código do Procedimento Administrativo, o qual disciplina a sua organização e funcionamento interno.

#### Artigo 27.º

##### Serviços de Apoio

1 — O CIBIO-Açores pode integrar serviços de apoio que se revelem necessários para o seu funcionamento, adequados à sua natureza, dimensão e funções específicas.

2 — O CIBIO-Açores pode, ainda, beneficiar do apoio dos serviços jurídico, administrativo e/ou financeiro da UAc.

#### Artigo 28.º

##### Acompanhamento

1 — O CIBIO-A elabora e aprova o plano de atividades e o relatório de atividades.

2 — Os planos e relatórios a que se refere o número anterior, assim como os relatórios da comissão externa de acompanhamento, são submetidos ao conselho científico e/ou ao conselho técnico-científico da UAc, através do formulário disponibilizado para o efeito no portal de serviços da UAc.

#### Artigo 29.º

##### Avaliação

1 — O CIBIO-A é avaliado regularmente no contexto do processo de avaliação determinado a nível nacional pela Fundação para a Ciência e Tecnologia.

2 — No quadro do Sistema Científico e Tecnológico dos Açores, o CIBIO-A pode ser sujeito a processos de avaliação determinados pelo departamento da administração pública regional com competência em matéria de Ciência e Tecnologia.

3 — A reitoria pode promover a avaliação independente do CIBIO-A, sempre que se entenda necessário.

#### Artigo 30.º

##### Extinção

A extinção do CIBIO-A é decidida pelo conselho geral sob proposta do reitor, ouvido o conselho científico.

#### Artigo 31.º

##### Casos omissos e dúvidas

As dúvidas e os casos omissos suscitados pela aplicação do presente Regulamento são sanados pelo reitor.

#### Artigo 32.º

##### Revogação

É revogado o Regulamento do Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos-Açores aprovado pela comissão coordenadora científica em 2016.

#### Artigo 33.º

##### Entrada em vigor

O presente regulamento entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Proposta aprovada, nos termos da alínea c) do artigo 105.º dos Estatutos da UAc, em reunião da Comissão Coordenadora Científica de 17 de dezembro de 2018.

312000054

## UNIVERSIDADE DO ALGARVE

### Contrato (extrato) n.º 69/2019

Por despacho de 02 de novembro de 2018 do Reitor da Universidade do Algarve, foi autorizado o contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo com o Licenciado Valério Ireneu dos Santos

Rodrigues, na categoria de assistente convidado, em regime de acumulação a 25 %, para o Departamento de Ciências Biomédicas e Medicina da Universidade do Algarve, no período de 02 de novembro de 2018 a 01 de novembro de 2019, auferindo o vencimento correspondente ao escalão 1, índice 140 da tabela remuneratória dos docentes do ensino superior universitário.

18/12/2018. — O Administrador, *António Cabecinha*.

312005944

### Contrato (extrato) n.º 70/2019

Por despacho 11 de outubro de 2018 do Reitor da Universidade do Algarve, foi autorizado o contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo com o Doutor Márcio Alexandre Filipe Simão, na categoria de professor auxiliar convidado, em regime de tempo parcial a 15 %, para o Departamento de Ciências Biomédicas e Medicina da Universidade do Algarve, no período de 11 de outubro de 2018 a 10 de outubro de 2019, auferindo o vencimento correspondente ao escalão 1, índice 195 da tabela remuneratória dos docentes do ensino superior universitário.

19/12/2018. — O Administrador, *António Cabecinha*.

312006049

### Regulamento n.º 153/2019

No âmbito do Despacho RT.013/2019, publica-se o Regulamento de recrutamento, contratação, prestação de serviço e avaliação dos doutorados contratados a termo na Universidade do Algarve, ao abrigo do regime previsto no Decreto-Lei n.º 57/2016, de 29 de agosto, com a redação conferida pela Lei n.º 57/2017 de 19 de julho, na sequência da consulta pública à proposta de alterações.

30 de janeiro de 2019. — O Reitor, *Paulo Águas*.

### Regulamento de recrutamento, contratação, prestação de serviço e avaliação dos doutorados contratados a termo na Universidade do Algarve, ao abrigo do regime previsto no Decreto-Lei n.º 57/2016, de 29 de agosto, com a redação conferida pela Lei n.º 57/2017 de 19 de julho.

Considerando que:

O Decreto-Lei n.º 57/2016 de 29 de agosto, com a redação conferida pela Lei n.º 57/2017 de 19 de julho veio introduzir um novo regime de contratação de doutorados a termo resolutivo, com vista a estimular o emprego científico e tecnológico em todas as áreas do conhecimento, bem como a valorizar as atividades de investigação científica, de desenvolvimento tecnológico, de gestão e de comunicação de ciência e tecnologia;

Sem prejuízo do referido diploma legal e bem assim das normas constantes do Decreto Regulamentar n.º 11-A/2017 de 29 de dezembro, devem as instituições contratantes internamente regulamentar o processo recrutamento, contratação, prestação de serviços e avaliação dos doutorados, de forma a salvaguardar os legítimos interesses das partes envolvidas;

O processo de recrutamento e seleção dos doutorados nos termos estabelecidos pelos referidos diplomas legais, contribui para o desenvolvimento, reconhecimento, promoção e valorização do emprego científico no seio da Universidade do Algarve, porquanto este deverá obedecer a critérios de exigência que comprovem a sua excelência e contribuam para a sua afirmação e consolidação no que à investigação científica concerne;

Todo o processo, desde o recrutamento até à eventual renovação ou cessação do contrato, em função da avaliação do desempenho do doutorado, deve pautar-se, nomeadamente, pelos princípios da transparência, da isenção, da imparcialidade e do contraditório, e em estrito respeito pelas garantias legalmente consagradas, com vista à salvaguarda da certeza e segurança jurídica dos intervenientes.

## CAPÍTULO I

### Disposições gerais

#### Artigo 1.º

##### Objeto e âmbito de aplicação

O presente regulamento estabelece o regime de recrutamento, contratação, prestação de serviço e avaliação de investigadores doutorados contratados a termo resolutivo certo para o exercício de atividades de investigação científica, com vista à valorização do desenvolvimento tecnológico, de gestão e de comunicação de ciência e tecnologia na Universidade do Algarve, em conformidade com o regime previsto no